

# **GreenYellow Energy Holding II S.A.**

Demonstrações Financeiras  
Individuais e Consolidadas  
Referentes ao Exercício Findo em  
31 de Dezembro de 2024 e  
Relatório do Auditor Independente

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes Ltda.

## RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos Administradores e Acionistas da  
GreenYellow Energy Holding II S.A.

### **Opinião com ressalvas**

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da GreenYellow Energy Holding II S.A. (“Companhia”), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais.

Em nossa opinião, exceto pelos possíveis efeitos dos assuntos descritos na seção a seguir intitulada “Base para opinião com ressalvas”, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da GreenYellow Energy Holding II S.A. em 31 de dezembro de 2024, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as IFRS Accounting Standards, emitidas pelo International Accounting Standards Board - IASB.

### **Base para opinião com ressalvas**

#### *Passivo de arrendamento - Comparabilidade com os valores correspondentes*

Durante o exercício de 2023, com base na execução de nossos procedimentos de auditoria, não foi possível obter evidência de auditoria suficiente e apropriada para concluir sobre a adequação da taxa de desconto adotada pela Companhia para o cálculo do valor presente do passivo de arrendamento, no valor de 9,7% a.a.. Consequentemente, não foi possível determinar a necessidade, ou não, de ajustes à referida taxa, bem como seus efeitos sobre saldos de passivo de arrendamento, ativo de direito de uso e despesas no resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2023, nos montantes de R\$11.574 mil, R\$10.627 mil e R\$369 mil, respectivamente.

Nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023 conteve modificação relativa ao tema acima mencionado. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas do exercício corrente, findo em 31 de dezembro de 2024, também inclui modificação em decorrência do possível efeito desses assuntos sobre a comparabilidade entre os valores do exercício corrente e os valores correspondentes.

#### *Gastos capitalizados no imobilizado*

Durante nossos exames, verificamos que a Companhia reconheceu um total de R\$23.223 mil em seu imobilizado referente à capitalização de gastos internos que foram incorridos durante a construção dos ativos fixos. Não foi possível obter evidência de auditoria apropriada e suficiente sobre o valor contábil dos referidos gastos capitalizados em 31 de dezembro de 2024 em razão de a Companhia não possuir as devidas documentações de suporte. Consequentemente, não foi possível determinar se havia necessidade de ajustar esses valores.

A Deloitte refere-se a uma ou mais empresas da Deloitte Touche Tohmatsu Limited (“DTTL”), sua rede global de firmas-membro e suas entidades relacionadas (coletivamente, a “organização Deloitte”). A DTTL (também chamada de “Deloitte Global”) e cada uma de suas firmas-membro e entidades relacionadas são legalmente separadas e independentes, que não podem se obrigar ou se vincular a terceiros. A DTTL, cada firma-membro da DTTL e cada entidade relacionada são responsáveis apenas por seus próprios atos e omissões, e não entre si. A DTTL não fornece serviços para clientes. Por favor, consulte [www.deloitte.com/about](http://www.deloitte.com/about)

A Deloitte fornece serviços de auditoria e asseguração, consultoria tributária, consultoria empresarial, assessoria financeira e consultoria em gestão de riscos para quase 90% das organizações da lista da Fortune Global 500® e milhares de outras empresas. Nossas pessoas proporcionam resultados mensuráveis e duradouros para ajudar a reforçar a confiança pública nos mercados de capitais e permitir aos clientes transformar e prosperar, e lideram o caminho para uma economia mais forte, uma sociedade mais equitativa e um mundo sustentável. Com base nos seus mais de 175 anos de história, a Deloitte abrange mais de 150 países e territórios. Saiba como os cerca de 457 mil profissionais da Deloitte em todo o mundo causam um impacto importante em [www.deloitte.com](http://www.deloitte.com).

## *Gastos compartilhados*

Em 31 de dezembro de 2024, identificamos gastos reconhecidos em outra entidade do Grupo (gastos com pessoal e despesas gerais e administrativas), os quais estão associados a serviços prestados a outras empresas do Grupo, incluindo à Companhia e a suas controladas, e que não foram devidamente alocados nas respectivas entidades. Não nos foi possível obter evidência de auditoria suficiente e apropriada para avaliar os montantes envolvidos em uma possível realocação, e, portanto, não nos foi possível concluir se algum ajuste material deveria ser realizado nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia.

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à Companhia e a suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalvas.

## *Incertezas relevantes relacionada com a continuidade operacional*

Conforme descrito na nota explicativa 1.2 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Companhia apresenta capital circulante líquido negativo de R\$124.633 mil na controladora e R\$109.633 mil no consolidado, sobretudo em decorrência da classificação dos saldos de “Debêntures” no passivo circulante, com base no prazo de liquidação da dívida, conforme descrito na nota explicativa nº 14 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Tal situação pode indicar incerteza relevante que, por sua vez, pode levantar dúvida quanto à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Conforme apresentado na nota explicativa nº 1.2 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Companhia conta com o suporte financeiro de suas controladoras direta e indireta para o pagamento das obrigações existentes. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

## **Principais assuntos de auditoria**

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Em adição aos assuntos descritos na seção anterior intitulada “Base para opinião com ressalvas”, identificamos as debêntures como principal assunto de auditoria.

## *Debêntures*

Conforme divulgado na nota explicativa nº 14 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Companhia possui saldos a pagar associados a debêntures emitidas no montante de R\$126.164 mil em 31 de dezembro de 2024. Devido à relevância dos valores para as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, consideramos a mensuração das debêntures como um assunto significativo para a nossa auditoria.

Dessa forma, nossos principais procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (i) leitura e análise da escritura das debêntures emitidas; (ii) confirmação externa dos saldos a pagar à securitizadora na data-base 31 de dezembro de 2024; (iii) inspeção dos comprovantes financeiros de recebimento referentes à captação das debêntures; (iv) inspeção amostral dos comprovantes financeiros dos pagamentos realizadas durante o exercício corrente; (v) recálculo do saldo de juros apropriados durante o exercício e confronto com a despesa de juros reconhecida no resultado; (vi) análise de cumprimento das cláusulas não financeiras de vencimento antecipado; (vii) avaliação das divulgações efetuadas pela Administração nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Como resultado dos procedimentos de auditoria efetuados para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024, identificamos uma deficiência de controles internos relacionada à revisão das movimentações e memórias de cálculo utilizadas nas conciliações durante o fechamento contábil, que nos levou a alterar a abordagem de auditoria e a ampliar a extensão e modificar a natureza de nossos procedimentos planejados.

Com base nos procedimentos de auditoria efetuados relacionados à mensuração e divulgação das debêntures da Companhia e nas evidências de auditoria obtidas que suportam os nossos testes, entendemos que os critérios de mensuração adotados pela Administração, assim como as respectivas divulgações na nota explicativa nº 14 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas, são aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024 tomadas em conjunto.

## **Responsabilidades da Administração pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas**

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as “IFRS Accounting Standards”, emitidas pelo International Accounting Standards Board - IASB, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

## **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas**

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e de suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e de suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Planejamos e executamos a auditoria do grupo para obter evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou unidades de negócio do grupo como base para formar a opinião sobre as demonstrações financeiras do grupo. Somos responsáveis pela direção, supervisão e revisão do trabalho de auditoria executado para os propósitos da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com a Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com a Administração, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 31 de março de 2025

  
DELOITTE TOUCHE TOHMATSU  
Auditores Independentes Ltda.  
CRC nº 2 SP 011609/O-8

  
Renato Vieira Lima  
Contador  
CRC nº 1 SP 257330/O-5

GREENYELLOW ENERGY HOLDING II S.A.

BALANÇO PATROMONIAL

PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

ATIVO	Nota	Controladora		Consolidado	
		2024	2023	2024	2023
<b>CIRCULANTE</b>					
Caixa e equivalentes de caixa	6	3.426	99.054	24.997	108.869
Contas a receber de clientes	7	-	-	2.840	7.463
Partes relacionadas	8	-	-	-	-
Créditos diversos e adiantamentos		7	5	371	386
Estoque de materiais		-	-	4	4
Tributos a recuperar		18	8	184	179
Total do ativo circulante		<u>3.451</u>	<u>99.067</u>	<u>28.396</u>	<u>116.901</u>
<b>NÃO CIRCULANTE</b>					
Contas a receber de clientes	7	-	-	329	-
Partes relacionadas	8	-	-	14	-
Investimento	9	232.844	213.475	-	-
Imobilizado	10	-	-	210.770	217.708
Total do ativo não circulante		<u>232.844</u>	<u>213.475</u>	<u>211.113</u>	<u>217.708</u>
Total Ativo		<u>236.295</u>	<u>312.542</u>	<u>239.509</u>	<u>334.609</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

GREENYELLOW ENERGY HOLDING II S.A.

BALANÇO PATROMONIAL

PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

PASSIVO	Nota	Controladora		Consolidado	
		2024	2023	2024	2023
<b>CIRCULANTE</b>					
Fornecedores	11	47	435	6.095	5.781
Partes relacionadas	8	-	23	2.394	2.331
Obrigações trabalhistas		-	-	-	2
Obrigações tributárias		4	50	237	359
Debêntures	14	126.164	14.079	126.164	14.079
Dividendos obrigatórios	16.4	1.813	1.402	1.813	1.402
Arrendamento a Pagar	15	-	-	118	-
Imposto de renda e contribuição social	13	56	80	1.226	1.115
Adiantamentos		-	-	-	856
Total do passivo circulante		<u>128.084</u>	<u>16.069</u>	<u>138.047</u>	<u>25.925</u>
<b>NÃO CIRCULANTE</b>					
Partes relacionadas	8	19.002	-	-	-
Debêntures	14	-	104.054	-	104.054
Tributos Diferidos		-	-	12	260
Arrendamento a Pagar	15	-	-	11.748	11.574
Outros passivos		-	-	493	377
Total do passivo não circulante		<u>19.002</u>	<u>104.054</u>	<u>12.253</u>	<u>116.265</u>
<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>					
Capital social	16.1	86.415	191.242	86.415	191.242
Adiantamento para futuro aumento de capital	16.2	2.735	2.435	2.735	2.435
Reserva de Lucros		5.819	4.502	5.819	4.502
Reserva de Capital		(5.760)	(5.760)	(5.760)	(5.760)
Total do patrimônio líquido		<u>89.209</u>	<u>192.419</u>	<u>89.209</u>	<u>192.419</u>
Total Passivo e Patrimônio Líquido		<u>236.295</u>	<u>312.542</u>	<u>239.509</u>	<u>334.609</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

GREENYELLOW ENERGY HOLDING II S.A.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2024	2023	2024	2023
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	17	-	-	39.420	10.178
Custos dos serviços prestados	18	-	-	(13.469)	(3.656)
LUCRO BRUTO		-	-	25.951	6.522
Receitas (despesas) operacionais					
Despesas gerais e administrativas	19	296	(10)	(1.399)	(499)
Despesas tributárias	19	-	(1)	(95)	(25)
Equivalência patrimonial	19	18.532	5.823	-	-
Outras despesas e receitas operacionais	19	32	(37)	78	450
LUCRO ANTES DAS RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS		18.860	5.775	24.535	6.448
Despesas financeiras	20	(18.025)	(142)	(20.240)	(411)
Receitas financeiras		1.520	402	2.671	475
LUCRO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		2.355	6.035	6.966	6.512
Imposto de renda e contribuição social (Corrente)		(627)	(131)	(5.486)	(1.164)
Imposto de renda e contribuição social (Diferido)		-	-	248	556
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		1.728	5.904	1.728	5.904
LUCRO POR AÇÃO (EM REAIS)		0,02	0,03	0,02	0,03

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

GREENYELLOW ENERGY HOLDING II S.A.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE  
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	1.728	5.904	1.728	5.904
RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO	<u>1.728</u>	<u>5.904</u>	<u>1.728</u>	<u>5.904</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

GREENYELLOW ENERGY HOLDING II S.A.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Capital social	Reserva de Capital	Adiantamento para futuro aumento de capital	Reservas de lucros		Lucros acumulados	Total do patrimônio líquido
				Reserva Legal	Retenção de lucros		
Integralização de capital em 4 de outubro de 2023	191.242	(5.760)	-	-	-	-	185.482
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	-	2.435	-	-	-	2.435
Lucro do exercício	-	-	-	-	-	5.904	5.904
Reserva Legal	-	-	-	295	-	(295)	-
Dividendos obrigatórios	-	-	-	-	-	(1.402)	(1.402)
Reserva de lucros	-	-	-	-	4.207	(4.207)	-
<b>SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023</b>	<b>191.242</b>	<b>(5.760)</b>	<b>2.435</b>	<b>295</b>	<b>4.207</b>	<b>-</b>	<b>192.419</b>
Redução de capital	(104.827)	-	-	-	-	-	(104.827)
Aumento de capital	-	-	-	-	-	-	-
Lucro do exercício	-	-	-	-	-	1.728	1.728
Reserva legal	-	-	-	86	-	(86)	-
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	-	300	-	-	-	300
Dividendos obrigatórios	-	-	-	-	-	(411)	(411)
Reserva de lucros	-	-	-	-	1.231	(1.231)	-
<b>SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024</b>	<b>86.415</b>	<b>(5.760)</b>	<b>2.735</b>	<b>381</b>	<b>5.438</b>	<b>-</b>	<b>89.209</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**GREENYELLOW ENERGY HOLDING II S.A.**

**DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA  
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)**

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
<b>Fluxo de caixa das atividades operacionais</b>				
<b>Lucro líquido do exercício</b>	1.728	5.904	1.728	5.904
Juros locação	-	-	1.169	268
Juros sobre debêntures	16.962	-	16.962	101
Depreciação e amortização	-	-	8.995	1.755
Apropriação dos custos de transação	973	-	973	-
Resultado na baixa de arrendamento	-	-	371	-
Resultado na baixa de imobilizado	-	-	3	715
Impostos diferidos	-	-	(248)	(387)
Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa	-	-	(148)	-
Resultado Equivalência patrimonial	(18.532)	(5.823)	-	-
	<u>1.131</u>	<u>81</u>	<u>29.805</u>	<u>8.356</u>
<b>Variações nos ativos e passivos operacionais:</b>				
Contas a receber de clientes	-	-	4.442	(559)
Créditos diversos e adiantamentos	(2)	(5)	15	5.086
Adiantamento de clientes	-	-	-	(1)
Impostos a recuperar	(10)	(8)	(5)	(8)
Fornecedores	(388)	435	239	(21.489)
Obrigações tributárias	(46)	50	(122)	(850)
Imposto de renda e contribuição social	302	131	4.666	316
Outros	-	5	(740)	767
Partes relacionadas	-	-	49	2.121
Obrigações trabalhistas	-	-	(2)	-
<b>CAIXA GERADO NAS (CONSUMIDO PELAS) ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>	<u>987</u>	<u>689</u>	<u>38.347</u>	<u>(6.261)</u>
Pagamento Imposto de renda e contribuição social	(326)	(51)	(4.555)	(49)
Pagamento de Juros sobre arrendamento	-	-	(1.169)	-
<b>CAIXA LÍQUIDO GERADO NAS (CONSUMIDO PELAS) ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>	<u>661</u>	<u>638</u>	<u>32.623</u>	<u>(6.310)</u>
Aquisição de imobilizado	-	-	(1.957)	(6.081)
Partes relacionadas	18.979	(22.196)	-	-
AFAC e aumento de capital em controladas	(837)	2.456	-	-
Caixa líquido das controladas advindo da reorganização societária	-	-	-	3.375
<b>CAIXA GERADO NAS (CONSUMIDO PELAS) ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS</b>	<u>18.142</u>	<u>(19.740)</u>	<u>(1.957)</u>	<u>(2.706)</u>
Captação de Debêntures, líquido dos custos de transação	5.758	-	5.758	-
Pagamento de Debêntures	(15.662)	-	(15.662)	-
Pagamento de arrendamento	-	(1.867)	(107)	(1.867)
AFAC e aumento de capital	300	120.000	300	120.000
Redução de capital	(104.827)	-	(104.827)	-
Caixa líquido das controladas advindo da reorganização societária	-	-	-	(248)
Partes relacionadas - Passivo	-	23	-	-
<b>CAIXA GERADO NAS (CONSUMIDO PELAS) ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO</b>	<u>(114.431)</u>	<u>118.156</u>	<u>(114.538)</u>	<u>117.885</u>
<b>ACRÉSCIMO (DECRÉSCIMO) LÍQUIDO DE CAIXA</b>	<u>(95.628)</u>	<u>99.054</u>	<u>(83.872)</u>	<u>108.869</u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	99.054	-	108.869	-
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	3.426	99.054	24.997	108.869
<b>ACRÉSCIMO (DECRÉSCIMO) LÍQUIDO NO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA</b>	<u>(95.628)</u>	<u>99.054</u>	<u>(83.872)</u>	<u>108.869</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## GREENYELLOW ENERGY HOLDING II S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS  
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

---

### 1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Greenyellow Energy Holding II S.A. (“Companhia”), constituída em 5 de outubro de 2022, deu início as suas operações em 4 de outubro de 2023 ante a integralização efetiva de capital nesta data. É uma sociedade de capital fechado, domiciliada na Alameda dos Arapanés, 1441, 6ª andar, Moema, Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, CEP: 04524-003, inscrita no CNPJ sob o nº 48.194.993/0001-06. A Companhia tem por objeto social as atividades de Holding de instituições não-financeiras e Gestão e administração da propriedade imobiliária. A Companhia é controlada integralmente pela GreenYellow do Brasil Energia e Serviços Ltda. (“GYBR”) - empresa especializada em Eficiência Energética, Energia Solar e Gestão de Energia.

Em 2025, a Companhia vendeu para a Athon Energia Ltda, conforme descrito na nota nº 23 – Eventos Subsequentes.

As demonstrações financeiras consolidadas são compostas pelas demonstrações financeiras da Companhia e das suas controladas, apresentas a seguir:

- GY UFV Planaltina IV.
- RT 110 Empreendimentos E Participações Ltda.
- Tucana Dwarf Equipamentos Fotovoltaicos.
- UFV BR II Equipamentos Ltda.
- UFV BR IX Equipamentos Ltda.
- UFV BR V Equipamentos Ltda.
- UFV BR VIII Equipamentos Ltda.
- UFV BR X Equipamentos Ltda.
- UFV BR XXV Equipamentos e Serviços de Engenharia Ltda.
- UFV GYBR I Consultoria em Gestão e Instalação Fotovoltaica Ltda.
- UFV GYBR I Equipamentos e Serviços de Engenharia Ltda.
- UFV PR I Equipamentos Ltda.
- UFV PR II Equipamentos Ltda.
- UFV PR III Equipamentos Ltda.

1.1. Acervo líquido da reorganização societária

Com o propósito de angariar recursos, a Companhia planejou e realizou uma reorganização societária. Essa iniciativa foi impulsionada pelo compromisso de buscar um crescimento estratégico. As entidades apresentadas no quadro abaixo eram controladas pela GreenYellow B.V., que conferiu sua participação societária à GYBR. Por meio de aumento de capital realizado na Companhia, a GYBR, por sua vez, conferiu à Companhia a participação societária das referidas entidades em 4 de outubro de 2023.

Os acervos líquidos das entidades indicadas no quadro abaixo foram apurados na data-base de 30 de setembro de 2023, por meio de laudo de avaliação elaborado por terceiros, a valores contábeis, e que serviram de base para o aumento de capital na Companhia, no montante de R\$191.242.

As movimentações ocorridas entre a data base do Laudo de avaliação a e efetiva incorporação, foram capturadas pela entidade que incorporou o acervo líquido, Greenyellow Energy Holding II S.A.

	GY UFV Planaltina (EL)*	RT 110 (EL)*	Tucana (EL)*	UFV BR II (CGIF)**	UFV BR IX (CGIF)**	UFV BR V (CGIF)**	UFV BR VIII (CGIF)**	UFV BR X (CGIF)**	UFV BR XXV (ESEL)***	UFV GYBR Consultoria (CGIF)**	UFV GYBR Equipamentos (ESEL)***	UFV PR I (CGIF)**	UFV PR II (ESEL)***	UFV PR III (CGIF)**I	Total
<u>Ativo</u>															
Circulante															
Caixa e equivalentes de caixa	88	257	54	121	73	82	102	95	7	804	449	359	315	569	3.375
Clientes	176	1.593	2.000	332	1.387	599	1.097	3.258	1.105	299	159	-	-	-	12.005
Impostos a recuperar	-	2	74	-	5	18	31	12	10	10	2	-	-	7	171
Adiantamento a fornecedores	69	494	321	193	504	326	192	340	755	1.381	280	34	543	40	5.472
Partes Relacionadas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	3	1	-	-	-	4
Outros	-	-	4	-	-	-	20	355	-	-	-	-	25	-	404
<b>Total</b>	<b>333</b>	<b>2.346</b>	<b>2.453</b>	<b>646</b>	<b>1.969</b>	<b>1.025</b>	<b>1.442</b>	<b>4.060</b>	<b>1.877</b>	<b>2.497</b>	<b>891</b>	<b>393</b>	<b>883</b>	<b>616</b>	<b>21.430</b>
Não Circulante															
Clientes	-	-	425	9	-	136	-	-	-	-	69	20	-	-	659
Arrendamento	403	360	246	1.997	941	655	753	701	330	791	246	1.793	172	1.340	10.728
Imobilizado	292	13.350	20.849	10.203	21.881	7.818	14.200	21.870	7.238	22.145	4.441	26.010	8.592	24.581	203.470
<b>Total</b>	<b>695</b>	<b>13.710</b>	<b>21.520</b>	<b>12.209</b>	<b>22.822</b>	<b>8.609</b>	<b>14.953</b>	<b>22.571</b>	<b>7.568</b>	<b>22.936</b>	<b>4.756</b>	<b>27.823</b>	<b>8.764</b>	<b>25.921</b>	<b>214.857</b>
<u>Passivo</u>															
Circulante															
Fornecedores	-	(2.644)	(40)	(64)	(7.358)	(6)	(200)	(22)	(1.368)	(10.689)	(775)	(2.197)	(381)	(1.526)	(27.270)
Obrigações fiscais	(22)	(249)	(268)	(75)	(226)	(97)	(276)	(413)	(26)	(121)	(43)	(106)	(9)	(128)	(2.059)
Receita Diferida	-	-	(591)	-	-	(33)	-	-	(23)	-	-	-	-	-	(647)
Partes relacionadas	(387)	(60)	-	-	(86)	-	-	(98)	(128)	(1.871)	(14)	-	-	-	(2.644)
Adiantamentos	-	-	(697)	-	-	(160)	-	-	-	-	-	-	-	-	(857)
Adiantamentos a pagar	-	-	(6)	-	-	-	-	-	-	(7)	-	-	-	-	(13)
Arrendamento a pagar	(3)	(3)	-	(19)	(36)	(7)	(7)	(7)	(3)	-	(2)	(19)	(2)	(14)	(122)
Outras obrigações	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(2)	-	-	-	-	(2)
<b>Total</b>	<b>(412)</b>	<b>(2.956)</b>	<b>(1.602)</b>	<b>(158)</b>	<b>(7.706)</b>	<b>(303)</b>	<b>(483)</b>	<b>(540)</b>	<b>(1.548)</b>	<b>(12.690)</b>	<b>(834)</b>	<b>(2.322)</b>	<b>(329)</b>	<b>(1.668)</b>	<b>(33.614)</b>
Não Circulante															
Arrendamento a pagar	(406)	(373)	(273)	(2.110)	(999)	(700)	(799)	(745)	(343)	(828)	(254)	(1.944)	(189)	(1.469)	(11.432)
<b>Total</b>	<b>(406)</b>	<b>(373)</b>	<b>(273)</b>	<b>(2.110)</b>	<b>(999)</b>	<b>(700)</b>	<b>(799)</b>	<b>(745)</b>	<b>(343)</b>	<b>(828)</b>	<b>(254)</b>	<b>(1.944)</b>	<b>(189)</b>	<b>(1.469)</b>	<b>(11.432)</b>
<b>Total Acervo Líquido</b>	<b>210</b>	<b>12.727</b>	<b>22.098</b>	<b>10.587</b>	<b>16.086</b>	<b>8.631</b>	<b>15.113</b>	<b>25.346</b>	<b>7.554</b>	<b>11.915</b>	<b>4.559</b>	<b>23.950</b>	<b>9.066</b>	<b>23.400</b>	<b>191.242</b>

## 1.2. Situação financeira

Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia apresenta capital circulante líquido negativo na controladora de R\$124.633 (positivo no montante de R\$82.998 em 31 de dezembro de 2023) e negativo no consolidado de R\$109.663 (positivo no montante de R\$90.716 em 31 de dezembro de 2023) e patrimônio líquido positivo, na controladora e no consolidado, de R\$89.209 (R\$192.419 em 31 de dezembro de 2023). Adicionalmente, a Companhia mantém saldo em reserva de lucros na controladora e consolidado de R\$5.438 (R\$ 4.207 em 31 de dezembro de 2023).

A situação de capital circulante negativo, acima descrita, decorre principalmente do saldo a pagar das debêntures, conforme descrito na nota explicativa nº 14. A Administração da Companhia que conta com o suporte financeiro de suas controladoras direta e indiretas, seja por meio do aporte de recursos adicionais, seja pela renegociação dos termo e condições para o pagamento das obrigações existentes.

## 2. BASE DE ELABORAÇÃO

As demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, foram preparadas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro, (*International Financial Reporting Standards - IFRS*) emitidas pelo *International Accounting Standards Board - IASB*, pelas práticas contábeis adotadas no Brasil, Lei nº 6.404/76, e pronunciamentos técnicos e interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC.

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos. Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem as utilizadas pela Administração em sua gestão das atividades da Companhia.

As demonstrações financeiras estão sendo apresentadas em milhares de reais - R\$. A moeda funcional da Companhia é o real - R\$.

As demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024 foram aprovadas pela Administração da Companhia em 31 de março de 2025.

### Base de consolidação

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as informações contábeis de todas as subsidiárias nas quais a Companhia exerce controle, direto ou indireto. A determinação de quais subsidiárias são controladas pela Companhia e os procedimentos para consolidação integral seguem os conceitos e princípios estabelecidos pelo pronunciamento técnico CPC 36 (R3) /IFRS 10.

As demonstrações financeiras das subsidiárias são elaboradas na mesma data de encerramento dos exercícios da Companhia, adotando-se políticas contábeis consistentes. Todos os saldos entre as empresas do Grupo, incluindo receitas e despesas, ganhos e perdas não realizados e dividendos resultantes de operações entre as empresas do Grupo são integralmente eliminados.

Ganhos ou perdas resultantes de alterações na participação societária em subsidiárias, que não resultem em perda de controle, são contabilizados diretamente no patrimônio líquido.

Nas demonstrações financeiras individuais, as participações são calculadas considerando o percentual detido pela Companhia em suas subsidiárias. Nas demonstrações financeiras consolidadas, a Companhia consolida integralmente todas as suas controladas.

### 3. POLÍTICAS CONTÁBEIS MATERIAIS

As políticas contábeis materiais estão descritas em cada nota explicativa correspondente, exceto as práticas contábeis abaixo que são relacionadas a mais de uma nota explicativa. As políticas e práticas contábeis foram aplicadas de forma consistente para os exercícios apresentados e para as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia.

#### 3.1. Instrumentos Financeiros

Ativos financeiros são reconhecidos quando a Companhia ou suas subsidiárias assumem direitos contratuais de receber caixa ou outros ativos financeiros de contratos nos quais são parte. Ativos financeiros são desreconhecidos quando os direitos de receber caixa atrelados ao ativo financeiro expiram ou foram transferidos substancialmente os riscos e benefícios para terceiros. Ativos e passivos são reconhecidos quando direitos e/ou obrigações são retidos na transferência pela Companhia.

Passivos financeiros são reconhecidos quando a Companhia e/ou suas subsidiárias assumem obrigações contratuais para liquidação em caixa ou na assunção de obrigações de terceiros por meio de um contrato no qual são parte. Passivos financeiros são desreconhecidos quando são quitados, extintos ou expirados.

##### (i) Classificação e mensuração de ativos e passivos financeiros

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado a VJR:

- É mantido dentro de um modelo de negócio cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Um instrumento de dívida é mensurado a VJORA se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado a VJR:

- É mantido dentro de um modelo de negócio cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e
- Seus termos contratuais geram em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou VJORA, conforme descrito acima, são classificados como VJR. No reconhecimento inicial, a Companhia pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda os requerimentos para ser mensurado ao custo amortizado, VJORA ou VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria (opção de valor justo disponível no pronunciamento técnico CPC 48 / IFRS 9).

Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo que seja inicialmente mensurado pelo preço da transação) é inicialmente mensurado pelo valor justo, acrescido, para um item não mensurado a VJR, dos custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição.

Ativos financeiros mensurados a VJR - Esses ativos são subsequentemente mensurados ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.

Ativos financeiros a custo amortizado - Estes ativos são mensurados de forma subsequente ao custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por redução ao valor recuperável. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e perdas são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

Ativos financeiros ao VJORA - Esses ativos são mensurados de forma subsequente ao valor justo. Os rendimentos de juros calculados utilizando o método dos juros efetivo, ganhos e perdas cambiais e perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidos no resultado. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA. No desreconhecimento, o resultado acumulado em ORA é reclassificado para o resultado.

(ii) Desreconhecimento de ativos e passivos financeiros

Um ativo financeiro (ou, conforme o caso, parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é desreconhecido quando:

- Expiram os direitos de recebimento de fluxos de caixa; e
- A Companhia e suas subsidiárias transferem seus direitos de recebimento de fluxos de caixa do ativo ou assumem uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos a um terceiro, nos termos de um acordo de repasse; e (a) a Companhia transferiu substancialmente a totalidade dos riscos e benefícios relativos ao ativo; ou (b) a Companhia não transferiu, nem reteve substancialmente a totalidade dos riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferiu o seu controle.

Um passivo financeiro é desreconhecido quando a obrigação subjacente ao passivo é quitada, cancelada ou expirada.

(iii) Compensação de instrumentos financeiros

Os ativos e passivos financeiros são compensados e apresentados líquidos nas demonstrações financeiras, se, e somente se, houver o direito de compensação dos valores reconhecidos e intenção de liquidar em base líquida ou realizar os ativos e liquidar os passivos simultaneamente.

Perda no valor recuperável de ativos financeiros

O pronunciamento técnico CPC 48 / IFRS 9 substitui o modelo de “perda incorrida” do pronunciamento técnico CPC 38 / IAS 39 por um modelo de perda de crédito esperada. O novo modelo de perda por redução ao valor recuperável aplica-se aos ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado, que é a principal categoria de instrumentos financeiros da Companhia.

Reconhecimento de perda de crédito esperada

A Companhia deve reconhecer uma provisão para perdas de crédito esperadas em ativo financeiro mensurado ao custo amortizado aos quais devem ser aplicados os requisitos de redução ao valor recuperável.

Na data do balanço deve ser mensurada a provisão para perdas de instrumento financeiro ao valor equivalente às perdas de crédito esperadas, caso o risco de crédito desse instrumento financeiro tenha sofrido aumento significativo desde o reconhecimento inicial.

Os novos requisitos de redução ao valor recuperável objetivam reconhecer perdas de crédito esperadas para todos os instrumentos financeiros para os quais houve aumentos significativos no risco de crédito desde o reconhecimento inicial, avaliados de forma individual ou coletiva, considerando todas as informações razoáveis e sustentáveis, incluindo informações prospectivas.

Se, na data do balanço, o risco de crédito de instrumento financeiro não apresentar aumento significativo, deve ser feita a mensuração da provisão para perdas para esse instrumento financeiro ao valor equivalente às perdas de crédito esperadas para 12 meses.

Para as contas a receber, essa avaliação é realizada por meio de análise da saúde financeira do cliente e histórico inadimplência como base para avaliar o valor recuperável dos títulos em aberto.

#### Apresentação da perda por redução ao valor recuperável

Provisão para perdas para ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado são deduzidas do valor contábil bruto dos ativos.

O valor das perdas de crédito esperadas (ou reversão) requerido para ajustar a provisão para perdas na data de balanço é reconhecido no resultado, como ganho ou perda na redução ao valor recuperável.

#### Ativos mensurados ao custo amortizado

A Diretoria avalia na data de cada balanço se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou um conjunto de ativos financeiros está deteriorado.

Um ativo ou conjunto de ativos financeiros está deteriorado e os prejuízos são incorridos somente se há evidência objetiva de *impairment* como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um "evento de perda") e caso aquele evento (ou eventos) de perda tenha um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros e desde que tal impacto possa ser estimado de maneira confiável.

Segundo o pronunciamento técnico CPC 48/IFRS 9 "Instrumentos financeiros", o modelo de *impairment* para ativos financeiros trata-se de perdas esperadas e tendo em vista a baixa inadimplência histórica, este critério não trouxe efeitos relevantes para o Grupo.

### 3.2. Classificação dos ativos e passivos como circulantes e não circulantes

A Companhia apresenta os ativos e passivos na demonstração financeira baseada na classificação de circulante e não circulante.

O ativo deve ser classificado como circulante quando satisfizer qualquer dos seguintes critérios:

- Espera-se que seja realizado, ou pretende-se que seja vendido ou consumido no decurso normal do ciclo operacional da entidade;
- Está mantido essencialmente com o propósito de ser negociado;
- Espera-se que seja realizado até doze meses após a data do balanço; e

- São caixa ou equivalente de caixa (conforme definido no pronunciamento técnico CPC 03/IAS 7 - Demonstração dos Fluxos de Caixa), a menos que sua troca ou uso para liquidação de passivo se encontre vedada durante pelo menos doze meses após a data do balanço.

Todos os demais ativos devem ser classificados como não circulantes.

O passivo deve ser classificado como circulante quando satisfizer qualquer dos seguintes critérios:

- Espera-se que seja liquidado durante o ciclo operacional normal da entidade;
- Está mantido essencialmente para a finalidade de ser negociado;
- Deve ser liquidado no período de até doze meses após a data do balanço; e
- A entidade não tem direito incondicional de diferir a liquidação do passivo durante pelo menos doze meses após a data do balanço.

Todos os outros passivos devem ser classificados como não circulantes.

Os impostos diferidos ativos e passivos são classificados como “não circulantes”, líquidos por entidade legal, conforme prevê o pronunciamento técnico CPC32/ IAS12.

### 3.3. Arrendamentos

#### (i) Companhia como arrendadora

Os arrendamentos nos quais a Companhia é a arrendadora são classificados como arrendamentos financeiros ou operacionais. Sempre que os termos do arrendamento transferem substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade do bem para o arrendatário o contrato é classificado como arrendamento financeiro. Todos os outros arrendamentos são classificados como arrendamentos operacionais.

A receita de aluguel oriunda de arrendamento operacional é reconhecida pelo método linear durante o prazo do arrendamento em questão. Os custos diretos iniciais incorridos na negociação e preparação do arrendamento operacional são adicionados ao valor contábil dos ativos arrendados e reconhecidos pelo método linear pelo prazo do arrendamento.

As contas a receber de arrendatários referentes a arrendamentos financeiros são reconhecidas como contas a receber no valor do investimento líquido da Companhia nos bens arrendados. O rendimento do arrendamento financeiro é reconhecido nos períodos contábeis, a fim de refletir a taxa de retorno periódica constante sobre o investimento líquido da Companhia em aberto em relação aos arrendamentos.

#### (ii) Companhia como arrendatária

Os ativos mantidos em arrendamento financeiro são reconhecidos como ativos da Companhia pelo seu valor justo ou, se menor, pelo valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento, determinado no início do arrendamento. O passivo correspondente ao arrendador é incluído no balanço patrimonial como obrigação de arrendamento financeiro.

Os pagamentos de arrendamento são distribuídos entre despesas financeiras e redução da obrigação de arrendamento, a fim de atingir uma taxa de juros constante sobre o saldo remanescente do passivo. As despesas financeiras são reconhecidas imediatamente no resultado, a menos que sejam diretamente atribuídas aos ativos qualificáveis, caso em que são capitalizadas de acordo com a política geral da Companhia relacionada a custos de empréstimos. Os aluguéis contingentes são reconhecidos como despesa nos períodos em que são incorridos, caso aplicável.

Os principais contratos de arrendamento financeiro onde a Companhia é arrendatária referem-se aos terrenos utilizados para a instalação dos equipamentos de geração fotovoltaica de suas controladas. Após o efetivo início de operação e/ou as devidas regularizações a Companhia firma Contrato de Cessão de Direito de Uso dos terrenos outrora locados com suas controladas.

Não foram reconhecidos ativos e passivos para contratos de baixo valor (locação de imóveis, equipamentos de informática e equipamentos operacionais em geral) e/ou vigência limitada a 12 meses. Os pagamentos associados a esses contratos foram registrados como despesa pelo método linear.

A Companhia determinou sua taxa incremental de 12,17% ao ano, aplicada sobre os passivos de arrendamento, para os contratos onde é arrendatária, a partir de taxas de juros obtidas de várias fontes externas de financiamento.

#### 4. ADOÇÃO DE NOVOS PRONUNCIAMENTOS, ALTERAÇÕES E INTERPRETAÇÕES DE PRONUNCIAMENTOS EMITIDOS PELO IASB E CPC.

A Companhia aplicou pela primeira vez certas normas e alterações, que são válidas para períodos anuais iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2024 (exceto quando indicado de outra forma). A Companhia decidiu não adotar antecipadamente nenhuma outra norma, interpretação ou alteração que tenham sido emitidas, mas ainda não estejam vigentes.

##### Acordos de financiamento de fornecedores – Alterações ao IAS 7 e IFRS 7

As alterações à IAS 7 (equivalente ao CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa) e à IFRS 7 (equivalente ao CPC 40 (R1) - Instrumentos Financeiros: Divulgações) esclarecem as características dos acordos de financiamento de fornecedores e exigem divulgação adicional de tais acordos. Os requisitos de divulgação nas alterações visam auxiliar os usuários das demonstrações financeiras a compreenderem os efeitos dos acordos de financiamento de fornecedores sobre os passivos, fluxos de caixa e exposição ao risco de liquidez de uma entidade.

Não houve impacto nas demonstrações financeiras do Grupo na aplicação das alterações mencionadas.

#### Alteração ao IAS 1/CPC 26 - Apresentação das Demonstrações Contábeis:

De acordo com o IAS 1 - "Presentation of financial statements", para uma entidade classificar passivos como não circulantes em suas demonstrações financeiras, ela deve ter o direito de evitar a liquidação dos passivos por no mínimo doze meses da data do balanço patrimonial. Em janeiro de 2020, o IASB emitiu a alteração ao IAS 1 "Classification of liabilities as current or non-current", cuja data de aplicação era para exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2023, que determinava que a entidade não teria o direito de evitar a liquidação de um passivo por pelo menos doze meses, caso, na data do balanço, não tivesse cumprido com índices previstos em cláusulas restritivas (ex.: covenants), mesmo que a mensuração contratual do covenant somente fosse requerida após a data do balanço em até doze meses. Subsequentemente, em outubro de 2022, nova alteração foi emitida para esclarecer que passivos que contém cláusulas contratuais restritivas requerendo atingimento de índices sob covenants somente após a data do balanço, não afetam a classificação como circulante ou não circulante. Somente covenants com os quais a entidade é requerida a cumprir até a data do balanço afetam a classificação do passivo, mesmo que a mensuração somente ocorra após aquela data. A alteração de 2022 introduz requisitos adicionais de divulgação que permitam aos usuários das demonstrações financeiras compreender o risco do passivo ser liquidado em até doze meses após a data do balanço. A alteração de 2022 mudou a data de aplicação da alteração de 2020. Desta forma, ambas as alterações se aplicam para exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2024.

Não houve impacto nas demonstrações financeiras da Companhia na aplicação das alterações mencionadas.

Alteração ao IFRS 16/CPC 06(R2) - Arrendamentos: a alteração emitida em setembro de 2022 traz esclarecimentos sobre o passivo de arrendamento em uma transação de venda e relocação ("sale and leaseback").

Ao mensurar o passivo de locação subsequente à venda e relocação, o vendedor-arrendatário determina os "pagamentos da locação" e os "pagamentos da locação revistos" de forma que não resulte no reconhecimento pelo vendedor-locatário de qualquer quantia do ganho ou perda relacionada ao direito de uso que retém. Isto poderia afetar particularmente as transações de venda e relocação em que os pagamentos do arrendamento incluem pagamentos variáveis que não dependem de um índice ou taxa.

Não houve impacto nas demonstrações financeiras da Companhia na aplicação das alterações mencionadas.

#### 4.1. Normas e interpretações novas e revisadas já emitidas e ainda não vigentes

As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras do Grupo, estão descritas a seguir. A Companhia pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor.

##### IFRS 18: Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Financeiras.

Em abril de 2024, o IASB emitiu o IFRS 18, que substitui o IAS 1 (equivalente ao CPC 26 (R1) - Apresentação de Demonstrações Financeiras). O IFRS 18 introduz novos requisitos para apresentação dentro da demonstração do resultado do exercício, incluindo totais e subtotais especificados. Além disso, as entidades são obrigadas a classificar todas as receitas e despesas dentro da demonstração do resultado do exercício em uma das cinco categorias: operacional, investimento, financiamento, impostos de renda e operações descontinuadas, das quais as três primeiras são novas.

A norma também exige a divulgação de medidas de desempenho definidas pela administração, subtotais de receitas e despesas, e inclui novos requisitos para a agregação e desagregação de informações financeiras com base nas “funções” identificadas das demonstrações financeiras primárias (primary financial statements (PFS)) e das notas explicativas.

Além disso, alterações de escopo restrito foram feitas ao IAS 7 (equivalente ao CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa), que incluem a alteração do ponto de partida para determinar os fluxos de caixa das operações pelo método indireto, de “lucro ou prejuízo do período” para “lucro ou prejuízo operacional” e a remoção da opcionalidade à classificação dos fluxos de caixa de dividendos e juros. Além disso, há alterações consequentes em vários outros padrões.

O IFRS 18 e as alterações nas outras normas são entrarão em vigor para períodos de relatórios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027, com a aplicação antecipada permitida e devendo ser divulgada, embora no Brasil a adoção antecipada não seja permitida. O IFRS 18 será aplicado retrospectivamente.

A Companhia está atualmente trabalhando para identificar todos os impactos que as alterações terão nas demonstrações financeiras primárias e notas explicativas às demonstrações financeiras.

IFRS 19: Subsidiárias sem Responsabilidade Pública: Divulgações.

Em maio de 2024, o IASB emitiu o IFRS 19, que permite que entidades elegíveis optem por aplicar seus requisitos de divulgação reduzidos enquanto ainda aplicam os requisitos de reconhecimento, mensuração e apresentação em outros padrões contábeis IFRS. Para ser elegível, no final do período de relatório, uma entidade deve ser uma controlada conforme definido no IFRS 10 (CPC 36 (R3) – Demonstrações Consolidadas), não pode ter responsabilidade pública e deve ter uma controladora (final ou intermediária) que prepare demonstrações financeiras consolidadas, disponíveis para uso público, que estejam em conformidade com os padrões contábeis IFRS.

O IFRS 19 entrará em vigor para períodos de relatório iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027, com aplicação antecipada permitida.

A Companhia está atualmente trabalhando para identificar todos os impactos que as alterações terão nas demonstrações financeiras primárias e notas explicativas às demonstrações financeiras.

Alterações ao CPC 18 (R3) - Investimento em Coligada, Em Controlada e Empreendimento Controlado Em Conjunto e a ICPC 09 - Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método da Equivalência Patrimonial.

Em setembro de 2024, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) emitiu alterações ao Pronunciamento Técnico CPC 18 (R3) e à Interpretação Técnica ICPC 09 (R3), com o objetivo de alinhar as normativas contábeis brasileiras com os padrões internacionais emitidos pelo IASB.

A atualização do Pronunciamento Técnico CPC 18 contempla a aplicação do método da equivalência patrimonial (MEP) para a mensuração de investimentos em controladas nas Demonstrações Contábeis Individuais, refletindo a alteração nas normas internacionais que agora permitem essa prática nas Demonstrações Contábeis Separadas. Essa convergência harmoniza as práticas contábeis adotadas no Brasil com as internacionais, sem gerar impactos materiais em relação à norma atualmente vigente, concentrando-se apenas em ajustes de redação e na atualização das referências normativas.

A ICPC 09, por sua vez, não tem correspondência direta com normas do IASB e por consequência estava desatualizada, exigindo alterações para alinhar sua redação a fim de ajustá-lo a atualizações posteriores a sua emissão e atualmente observadas nos documentos emitidos pelo CPC.

As alterações vigoram para períodos de demonstrações financeiras que se iniciam em ou após 1º de janeiro de 2025.

Não se espera que as alterações tenham um impacto material nas demonstrações financeiras da Companhia.

Alterações ao CPC 02 (R2) – Efeitos nas Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis e CPC 37 (R1) – Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade.

Em setembro de 2024, O Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), emitiu a Revisão de Pronunciamentos Técnicos nº 27, que contempla alterações trazidas pelo *Lack of Exchangeability* emitido pelo IASB, com alterações no Pronunciamento Técnico CPC 02 (R2) - Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis e no CPC 37 (R1) - Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade.

As alterações buscam definir o conceito de moeda conversível e orientam sobre os procedimentos para moedas não conversíveis, determinando que a conversibilidade deve ser avaliada na data de mensuração com base no propósito da transação. Caso a moeda não seja conversível, a entidade deve estimar a taxa de câmbio que reflita as condições de mercado. Em situações com múltiplas taxas, deve-se utilizar a que melhor represente a liquidação dos fluxos de caixa.

O pronunciamento também destaca a importância das divulgações sobre moedas não conversíveis, para que os usuários das demonstrações contábeis compreendam os impactos financeiros, riscos envolvidos e critérios utilizados na estimativa da taxa de câmbio.

As alterações vigoram para períodos de demonstrações financeiras que se iniciam em ou após 1º de janeiro de 2025.

Não se espera que as alterações tenham um impacto material nas demonstrações financeiras da Companhia.

## 5. PRINCIPAIS JULGAMENTOS CONTÁBEIS, ESTIMATIVAS E PREMISSAS

A elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia exige que a Administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores demonstrados de receitas, despesas, ativos e passivos e a evidência dos passivos contingentes no encerramento do exercício, porém, as incertezas quanto a essas premissas e estimativas podem gerar resultados que exijam ajustes substanciais ao valor contábil do ativo ou passivo em exercícios futuros.

No processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia, a Administração adotou julgamentos, os quais tiveram o efeito mais significativo sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas conforme as informações incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Redução ao valor recuperável - impairment e vida útil de imobilizado - nota explicativa nº 10;
- Imposto de renda: Constituição de provisões com base em estimativas razoáveis - nota explicativa nº 13; e
- Arrendamento: determinação do termo de contrato do leasing e da taxa de juros incremental - nota explicativa nº 15.

## 6. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Compreendem o caixa, as contas bancárias e as aplicações de curto prazo, de alta liquidez, imediatamente conversíveis em valores conhecidos de caixa e sujeitos a um risco insignificante de alteração do valor, com intenção e possibilidade de serem resgatados em até 90 dias a partir da data da aplicação. A taxa de rendimento associada à aplicação financeira é de 92% do CDI.

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Caixa e bancos	-	-	1.789	-
Aplicações financeiras	3.426	99.054	23.208	108.869
	<u>3.426</u>	<u>99.054</u>	<u>24.997</u>	<u>108.869</u>

## 7. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES - Consolidado

As contas a receber de clientes são inicialmente reconhecidas pelo valor da contraprestação que é incondicional, a menos que contenham componentes financeiros significativos, quando são reconhecidas pelo valor justo. A Companhia mantém as contas a receber de clientes com o objetivo de receber os fluxos de caixa contratuais, mensurando-as subsequentemente pelo custo amortizado usando o método de juros efetivos.

Os valores a receber são registrados e mantidos no balanço patrimonial pelo valor nominal dos títulos representativos desses créditos, acrescidos das variações monetárias ou cambiais e corrigidos a valor presente, quando aplicáveis, deduzidos de perdas estimadas com crédito de liquidação duvidosa (PECLD).

Com base nos percentuais estabelecidos para cada categoria de vencimento e em conformidade com a avaliação de risco realizada pela Companhia em relação aos clientes, foi efetuado o reconhecimento de provisão para cobrir perdas de crédito esperadas relacionadas às contas a receber. Quaisquer mudanças significativas nas circunstâncias que possam impactar adversamente a capacidade dos clientes de cumprir suas obrigações resultarão em uma revisão imediata das provisões e em ajustes, se considerados apropriados.

	Consolidado	
	2024	2023
Circulante		
Contas a receber de cliente	3.932	6.277
Provisão para perda de recebíveis	(1.092)	(1.240)
Provisão de Clientes (nota explicativa 19)	-	2.426
	<u>2.840</u>	<u>7.463</u>
<b>Não Circulante</b>		
Contas a receber de cliente	329	-
	<u>329</u>	<u>-</u>
Contas a receber, liquido	<u>3.169</u>	<u>7.463</u>

Abaixo apresentamos a composição do saldo consolidado de contas a receber pelo seu valor bruto por período de vencimento:

	2024	2023
A vencer	2.006	3.657
Vencidas:		
30 dias	73	531
61 a 90 dias	-	68
91 a 364 dias	436	781
Acima de 365 dias	1.746	1.240
	<u>4.261</u>	<u>6.277</u>

A movimentação da provisão para perdas esperadas com créditos de liquidação duvidosa, é conforme segue.

	2024	2023
Saldo anterior	(1.240)	-
Reversão de provisão	1.240	-
Provisão para perdas esperadas com créditos de liquidação duvidosa	(1.092)	(1.240)
	<u>(1.092)</u>	<u>(1.240)</u>

## 8. PARTES RELACIONADAS

### 8.1. Partes Relacionadas

Com o objetivo de aprimorar a governança corporativa do grupo, a Companhia adota uma política de alocação de recursos voltada ao financiamento das usinas fotovoltaicas de suas subsidiárias. De acordo com essa política, os valores destinados a essas transações são inicialmente registrados como contas a pagar com partes relacionadas e, posteriormente, convertidos em participações societárias. Em 2024, o saldo existente refere-se a saldo recebidos pela controladora para financiamento de usinas fotovoltaica, que ainda não foi convertido em capital, bem como transações de compra e venda entre empresas do grupo e outros saldos em aberto (mútuos).

## 8.2. Saldos e transações com partes relacionadas

<u>Controladora</u> <u>Partes Relacionadas</u>	<u>Outros Passivos</u>	
	<u>2024</u>	<u>2023</u>
TUCANA DWARF EQUIPAMENTO FOTOVOLTAICO	3.135	-
UFV PR I EQUIPAMENTOS LTDA	1.963	-
UFV PR II EQUIPAMENTOS LTDA	986	-
UFV PR III EQUIPAMENTOS LTDA	2.600	-
UFV BR II EQUIPAMENTOS LTDA	1.768	-
UFV BR V EQUIPAMENTOS LTDA	562	-
UFV BR VIII EQUIPAMENTOS LTDA	1.447	-
UFV BR IX EQUIPAMENTOS LTDA	2.273	-
UFV BR X EQUIPAMENTOS LTDA	588	-
UFV BR XXV EQUIP SERV ENG LTDA	928	-
UFV GYBR I EQUIP. E SERV. E ENG LTDA	843	-
UFV GYBR I CONSULTORIA EM GESTAO E INSTA	1.178	-
GREENYELLOW UFV PLANALTINA IV	731	-
GYBR	-	23
	<u>19.002</u>	<u>23</u>

<u>Consolidado</u> <u>Partes Relacionadas</u>	<u>Fornecedores</u>		<u>Clientes</u>	
	<u>2024</u>	<u>2023</u>	<u>2024</u>	<u>2023</u>
UFV BR XXXII	-	-	14	-
GYBR (i)	2.394	2.331	-	-
	<u>2.394</u>	<u>2.331</u>	<u>14</u>	<u>-</u>

- (i) Os valores a pagar mencionados correspondem às compras de módulos, os quais serão subsequentemente liquidados no curso das operações da Companhia.

Não houve qualquer valor atribuído ou registrado como remuneração dos administradores na Companhia, uma vez que ele é pago pela controladora da Companhia, GYBR.

## 9. INVESTIMENTOS EM CONTROLADAS

## 9.1. Participação em controladas

A seguir são apresentados os detalhes das controladas da Companhia no encerramento de cada exercício:

Nome	Classificação	2024	Patrimônio Líquido	Investimento	Lucro (prejuízo) do exercício	Equivalência Patrimonial
GY UFV PLANALTINA IV	Controle	100%	1.479	1.479	752	752
TUCANA DWARF EQUIPAMENTOS FOTOVOLTAICOS	Controle	100%	26.302	26.302	3.836	3.836
UFV BR II EQUIP LTDA	Controle	100%	11.757	11.757	1.000	1.000
UFV BR IX EQUIPAMENTOS LTDA.	Controle	100%	26.020	26.020	2.556	2.556
UFV BR V EQUIPAMENTOS LTDA	Controle	100%	9.166	9.166	588	588
UFV BR VIII EQUIP LTDA	Controle	100%	17.009	17.009	2.190	2.190
UFV BR X EQUIP LTDA	Controle	100%	25.931	25.931	1.341	1.341
UFV BR XXV EQUIP E SERV DE ENG LTDA	Controle	100%	9.749	9.749	542	542
UFV GYBR I CONSULTORIA EM GESTÃO E INSTA	Controle	100%	24.373	24.373	738	738
UFV GYBR I EQUIP E SERV DE ENG LTDA	Controle	100%	6.371	6.371	1.056	1.056
UFV PR I EQUIP LTDA	Controle	100%	25.873	25.873	1.839	1.839
UFV PR II EQUIPAMENTOS LTDA	Controle	100%	9.411	9.411	(156)	(156)
UFV PR III EQUIP LTDA	Controle	100%	26.507	26.507	2.206	2.206
RT 110 EMPREENDIMENTOS E PART LTDA	Controle	100%	12.896	12.896	42	42

## 9.2. Movimentação de Investimento

	GY UFV Planaltina (EL)*	RT 110 (EL)*	Tucana (EL)*	UFV BR II (CGIF)**	UFV BR IX (CGIF)**	UFV BR V (CGIF)* *	UFV BR VIII (CGIF)**	UFV BR X (CGIF)**	UFV BR XXV (ESEL)***	UFV GYBR Consultoria (CGIF)**	UFV GYBR Equipament os (ESEL)***	UFV PR I (CGIF)**	UFV PR II (ESEL)*	UFV PR III (CGIF)**	Total
Saldos finais 31 de dezembro de 2023	727	12.558	22.465	10.723	23.415	8.565	14.820	24.398	9.208	23.451	5.298	24.006	9.557	24.284	213.475
Aumento de Capital	-	296	1	35	49	13	-	191	-	185	17	27	11	18	843
Redução de Capital	(1)	-	-	(1)	-	-	(1)	-	(1)	-	-	-	(1)	(1)	(6)
Equivalência patrimonial	753	42	3.836	1.000	2.556	588	2.190	1.342	542	737	1.056	1.840	(156)	2.206	18.532
Dividendos distribuídos															-
Saldos finais 31 de dezembro de 2024	1.479	12.896	26.302	11.757	26.020	9.166	17.009	25.931	9.749	24.373	6.371	25.873	9.411	26.507	232.844

  

	GY UFV Planaltina (EL)*	RT 110 (EL)*	Tucana (EL)*	UFV BR II (CGIF)**	UFV BR IX (CGIF)**	UFV BR V (CGIF)*	UFV BR VIII (CGIF)**	UFV BR X (CGIF)**	UFV BR XXV (ESEL)***	UFV GYBR Consultoria (CGIF)**	UFV GYBR Equipament os	UFV PR I (CGIF)**	UFV PR II (ESEL)*	UFV PR III (CGIF)**	Total
Saldos finais 31 de dezembro de 2022	210	12.727	22.098	10.587	16.086	8.631	15.113	25.346	7.554	11.915	4.559	23.950	9.066	23.400	191.242
Aumento de Capital	505	37	3	2	7.354	-	146	-	1.522	11.655	1.354	-	330	2.854	25.762
Redução de Capital	-	-	-	-	-	-	-	(537)	-	-	(599)	-	-	-	(1.136)
Equivalência patrimonial	138	(206)	402	134	(25)	(66)	(439)	(411)	132	(119)	(16)	56	161	322	63
Dividendos distribuídos	(126)	-	(38)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(2.292)	(2.456)
Saldos finais 31 de dezembro	727	12.558	22.465	10.723	23.415	8.565	14.820	24.398	9.208	23.451	5.298	24.006	9.557	24.284	213.475

\* Equipamentos Ltda.

\*\* Consultoria em Gestão e Instalação Fotovoltaica

\*\*\* Equipamentos e Serviços de Engenharia Ltda.

## 10. IMOBILIZADO - Consolidado

O imobilizado é demonstrado pelo custo, líquido da depreciação acumulada e/ou das perdas por não recuperação, se houver. O custo inclui o montante de aquisição e reposição dos equipamentos. Quando componentes significativos do imobilizado são repostos, tais componentes são reconhecidos como ativos individuais, com vidas úteis e depreciações específicas. Da mesma forma, quando realizada uma reposição significativa, seu custo é reconhecido no valor contábil do equipamento como reposição, desde que satisfeitos os critérios de reconhecimento. Todos os demais custos de reparo e manutenção são reconhecidos no resultado do exercício conforme incorridos.

Categoria dos ativos	Vida útil (em anos)
Unidade Fotovoltaica	25
Direito de uso	30

Itens do imobilizado e eventuais partes significativas são baixados quando de sua alienação ou quando não há expectativa de benefícios econômicos futuros derivados de seu uso ou alienação. Os eventuais ganhos ou perdas resultantes da baixa dos ativos são incluídos no resultado do exercício.

O valor residual, a vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revisados no encerramento de cada exercício, e ajustados de forma prospectiva, quando aplicável. A Companhia revisou a vida útil do ativo imobilizado no exercício de 2024 e concluiu que não há alterações a realizar neste exercício.

Descrição	Taxa anual média de depreciação %	31.12.2023	Adições	Baixas	Depreciação	Transferências	Remensuração	31.12.2024
Unidade fotovoltaica	4%	154.867	692	(3)	(8.584)	44.442	-	190.233
Imobilizado em andamento - fotovoltaico	-	52.214	1.340	-	-	(44.478)	-	10.257
Direito de uso	3,33% a 10%	10.627	-	-	(411)	36	28	10.280
		<u>217.708</u>	<u>2.032</u>	<u>(3)</u>	<u>(8.995)</u>	<u>-</u>	<u>28</u>	<u>210.770</u>

	Taxa anual média de depreciação %	31.12.2022	Adições	Baixas	Depreciação	31.12.2023
Unidade fotovoltaica	4%	156.766	512	(656)	(1.755)	154.867
Imobilizado em andamento - fotovoltaico	-	46.704	5.569	(59)	-	52.214
Direito de uso	3,33% a 10%	10.728	-	-	(101)	10.627
		<u>214.198</u>	<u>6.081</u>	<u>(715)</u>	<u>(1.856)</u>	<u>217.708</u>

### 10.1. Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

O teste de recuperação (*impairment test*) tem por objetivo apresentar o valor real líquido de realização de um ativo. A realização pode ser de forma direta ou indireta, por meio de venda ou pela geração de caixa na utilização do ativo nas atividades da Companhia e suas subsidiárias.

Anualmente a Companhia e suas subsidiárias efetuam o teste de recuperação de seus ativos tangíveis ou sempre que houver qualquer evidência interna ou externa que o ativo possa apresentar perda do valor recuperável.

O valor de recuperação de um ativo é definido como sendo o maior entre o seu valor justo ou o valor em uso de sua unidade geradora de caixa - UGC, exceto se o ativo não gerar entradas de caixa que sejam predominantemente independentes das entradas de caixa dos demais ativos ou grupos de ativos.

Como parte integrante do processo de mensuração de ativos sujeitos a *impairment*, em conformidade com as normas contábeis aplicáveis, a Companhia passou a utilizar como referência para o valor recuperável as transações de mercado relevantes. Essa abordagem reflete a expectativa de recuperação de valor com base em condições de mercado observáveis, proporcionando uma estimativa mais aderente à realidade econômica e às perspectivas de negociação dos ativos da Companhia.

Quando evidências de perda de valor são identificadas e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para deterioração, ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. Essas perdas estão classificadas como outras despesas operacionais.

No atual exercício, após análises detalhadas e considerando a evolução das condições econômicas e de mercado, a Companhia não identificou perda de recuperabilidade.

## 11. FORNECEDORES

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Fornecedores nacionais	47	435	6.095	5.702
Fornecedores no exterior	-	-	-	79
	<u>47</u>	<u>435</u>	<u>6.095</u>	<u>5.781</u>

As contas de fornecedores são compostas principalmente pelos valores em aberto de aquisições relacionadas aos custos dos projetos fotovoltaicos.

## 12. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Os principais instrumentos financeiros e seus valores registrados nas demonstrações financeiras estão classificados na categoria de custo amortizado, a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
<u>Ativo</u>				
Caixa e Equivalente de caixa	3.426	99.054	24.997	108.869 (A)
Clientes	-	-	2.840	7.463 (A)
	<u>3.426</u>	<u>99.054</u>	<u>27.837</u>	<u>116.332</u>
<u>Passivo</u>				
Fornecedores	47	435	6.095	5.781 (A)
Financiamentos	126.164	118.133	126.164	118.133 (A)
Partes Relacionadas - saldo passivo	19.002	23	2.380	2.331 (A)
	<u>145.213</u>	<u>118.591</u>	<u>134.639</u>	<u>126.245</u>

## (A) Ativos e passivos financeiros mensurados ao custo amortizado

Devido ao ciclo de curto prazo, pressupõe-se que o valor justo dos saldos de contas a receber de clientes e contas a pagar a fornecedores estejam próximos aos seus valores contábeis. Em relação a rubrica de caixa, são efetuadas aplicações automáticas com liquidez diária atreladas ao CDB e presume-se que seu valor justo esteja próximo ao saldo contábil.

O valor justo de outros instrumentos financeiros descritos na tabela anterior se aproxima do valor contábil com base nas condições de pagamento existentes.

## 12.1. Considerações sobre os fatores de risco que podem afetar os negócios da Companhia e de suas subsidiárias

## (i) Risco de crédito

- O risco de crédito é o risco de a contraparte de um negócio não cumprir uma obrigação prevista em um instrumento financeiro ou contrato com cliente, o que levaria ao prejuízo financeiro. A Companhia está exposta ao risco de crédito em suas atividades operacionais (principalmente com relação a contas a receber) e depósitos em bancos e aplicações financeiras.
- O risco de crédito é administrado por normas específicas de aceitação, análise de crédito e estabelecimento de limites de exposição por cliente.

Contas a receber

- Representado pela possibilidade de a Companhia incorrer em perdas resultantes da dificuldade de recebimento em valores faturados a seus clientes. O risco de crédito do cliente é administrado por cliente, estando sujeito aos procedimentos, controles e política estabelecida pela Companhia em relação a este risco. Como característica dos serviços prestados pela Companhia, o risco de crédito é reduzido pelo fato de seus clientes serem qualificados.

- A administração monitora o risco do saldo a receber de clientes mediante o registro de perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa (PECLD).

#### Instrumentos financeiros e depósitos em dinheiro

- O risco de crédito de saldos com bancos e aplicações financeiras é administrado pela gestão financeira da Companhia de acordo com a política por esta estabelecida. Os recursos excedentes são investidos apenas em contrapartes aprovadas e dentro do limite estabelecido a cada uma.
- A Companhia tem como política a aplicação de recursos em bancos considerados de primeira linha, compreendendo os 10 maiores bancos por ativos do país, e em aplicações com baixo nível de exposição a riscos e alto nível de liquidez.
- A Companhia não faz aplicações em fundos de investimentos onde há risco de ativos desconhecidos.

#### (ii) Risco de liquidez

A Companhia acompanha o risco de escassez de recursos por meio de uma ferramenta de planejamento de liquidez recorrente. A responsabilidade final pela gestão do risco de liquidez é da Administração, que estabeleceu uma estrutura de gestão de riscos de liquidez adequada para a gestão das exigências de financiamento e liquidez de curto, médio e longo prazos da Companhia.

A seguir, estão os vencimentos contratuais de passivos financeiros na data da demonstração financeira. Esses valores são brutos e não-descontados, e incluem pagamentos de juros contratuais incorridos até o fim do exercício e excluem o impacto dos acordos de compensação:

#### Controladora

Saldo em 31 de dezembro de 2024			De 1 ano	De 2 anos	Total
	<u>Até 6 meses</u>	<u>De 12 a 6 meses</u>	<u>a 2 anos</u>	<u>em diante</u>	
Fornecedores	47	-	-	-	47
Debêntures	1.345	126.000	-	-	127.345
Partes relacionadas	-	-	19.002	-	19.002

#### Consolidado

Saldo em 31 de dezembro de 2024			De 1 ano	De 2 anos	Total
	<u>Até 6 meses</u>	<u>De 12 a 6 meses</u>	<u>a 2 anos</u>	<u>em diante</u>	
Fornecedores	6.095	-	-	-	6.095
Parte Relacionadas	-	-	2.380	-	2.380
Debêntures	1.345	126.000	-	-	127.345

#### (iii) Risco de taxa de juros

Decorre da possibilidade de a Companhia sofrer ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. A Companhia busca diversificar a captação e a aplicação de recursos em termos de taxas pós-fixadas visando à mitigação desse tipo de risco.

Em decorrência do histórico de volatilidade das taxas de juros, a Companhia preparou uma análise de sensibilidade sobre seus instrumentos financeiros expostos, demonstrando os eventuais impactos, com base em premissas disponíveis no mercado.

Foram considerados quatro cenários de risco:

**Controladora**

Instrumentos	Risco	em 31/12/2024	%	Cenário Provável valor	%	Valorização 25% valor	%	Valorização 50% valor	%	Deterioração 50% valor
Aplicação financeira 31/12/2024	Variação CDI	92% do CDI (12,15%)	11,18%	383	13,97%	479	16,77%	574	5,59%	191
Debentures em 31/12/2024	Variação CDI	100% do CDI + 2,3%	14,45%	(18.231)	17,49%	(22.063)	20,53%	(25.895)	8,38%	(10.566)
				<u>(17.848)</u>		<u>(21.584)</u>		<u>(25.321)</u>		<u>(10.375)</u>

**Consolidado**

Instrumentos	Risco	em 31/12/2024	%	Cenário Provável valor	%	Valorização 25% valor	%	Valorização 50% valor	%	Deterioração 50% valor
Aplicação financeira 31/12/2024	Variação CDI	92% do CDI (12,15%)	11,18%	2.594	13,97%	479	16,77%	574	5,59%	191
Debentures em 31/12/2024	Variação CDI	100% do CDI + 2,3%	14,45%	(18.231)	17,49%	(22.063)	20,53%	(25.895)	8,38%	(10.566)
				<u>(15.637)</u>		<u>(21.584)</u>		<u>(25.321)</u>		<u>(10.375)</u>

### 13. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

#### Impostos correntes

O imposto corrente se baseia no lucro presumido, tanto para a controladora quanto para suas controladas. Neste regime, o cálculo do imposto de renda da Pessoa jurídica (IRPJ) e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) é baseado em uma presunção de lucro, simplificando a apuração dos tributos em relação ao Lucro Real. A opção do Lucro Presumido é permitida para empresas que se enquadram nos limites de faturamento anual pela legislação vigente.

Uma provisão é reconhecida para questões as quais a apuração de impostos é incerta, mas há probabilidade de desembolso futuro de recursos para uma autoridade fiscal. As provisões representam a melhor estimativa do valor a ser pago. O lançamento de impostos se baseia no julgamento de profissionais da Companhia suportado pela experiência anterior com relação a essas atividades e, em determinados casos, com base na opinião de consultores fiscais.

#### Impostos diferidos

O imposto diferido é o devido ou a recuperar sobre as diferenças entre o valor contábil de ativos e passivos nas demonstrações financeiras e as correspondentes bases de cálculo usadas na apuração do lucro.

Os passivos fiscais diferidos são reconhecidos sobre as diferenças temporárias tributáveis.

- (i) O valor do contrato de aluguel varia conforme a quantidade de energia creditada ao cliente. A energia que é injetada na rede pela usina é medida pela concessionária resultando em créditos ao cliente. Devido a discrepâncias temporais na aquisição dos créditos de energia, é realizada uma provisão de receita, conseqüentemente, um cálculo de imposto diferido. Quando a concessionária disponibiliza os créditos ao cliente e a Companhia tem acesso aos números é elaborado o boletim de medição que dá base para emissão do documento de cobrança de locação, ocorre o lançamento da provisão e o subsequente estorno.

#### 13.2. Reconciliação de despesas com o imposto de renda e a contribuição social

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
<u>Receitas</u>				
Receita Operacional	-	-	43.907	10.424
Receitas Financeiras	1.906	402	2.147	475
Receitas Totais	1.906	402	46.054	10.899
Base para cálculo do Imposto de Renda e Contribuição Social				
(Presunção de 32% da receita operacional mais receita financeira)	1.906	402	16.197	3.811
Imposto de Renda Pessoa Jurídica 15%	286	60	2.430	572
Adicional Imposto de Renda Pessoa Jurídica 10%	169	34	1.598	261
Despesa com Imposto de Renda	455	94	4.028	833
Contribuição Social 9%	172	36	1.458	331
Despesa com Contribuição Social	172	36	1.458	331
Imposto de Renda e Contribuição Social	627	131	5.486	1.164
Alíquota efetiva	33%	33%	34%	31%

## 13.3. Saldo Imposto de renda e contribuição social

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023 a Companhia e suas controladas possuíam os seguintes valores de imposto de renda e contribuição social:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Imposto de renda a recolher	455	94	4.028	833
(-) Imposto de renda retido (i)	(385)	(50)	(613)	(46)
(-) Imposto de renda recolhido	(20)	-	(2.546)	-
Imposto de renda a recolher	<u>50</u>	<u>44</u>	<u>869</u>	<u>787</u>
Contribuição social a recolher	172	36	1.458	331
(-) Contribuição social retido (i)	-	-	(98)	(3)
(-) Contribuição social recolhido	(166)	-	(1.003)	-
Contribuição social a recolher	<u>6</u>	<u>36</u>	<u>357</u>	<u>328</u>
Imposto de renda e contribuição social	<u>56</u>	<u>80</u>	<u>1.226</u>	<u>1.115</u>

(i) Tal valor refere-se à retenção sobre notas fiscais de serviço prestado.

## 14. DEBÊNTURES

Passivo	Controladora e Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023
Circulante		
Debêntures	127.345	15.012
Custo de transação	(1.181)	(933)
Total	<u>126.164</u>	<u>14.079</u>
Não circulante		
Debêntures	-	104.988
Custo de transação	-	(934)
Total	<u>-</u>	<u>104.054</u>
	<u>126.164</u>	<u>118.133</u>

A Companhia emitiu 126.000 debêntures em 24 de dezembro de 2023, de acordo com o ESCRITURA PARTICULAR DA 1ª EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES (“Escritura de Debenture”) no valor de R\$126.000, sendo R\$120.000 primeira série e R\$ 6.000 da segunda série. As principais características das debêntures são:

- Número de Séries: A Emissão das Debêntures será realizada em duas séries.
- Forma: Nominativa e escritural
- Emissão Primeira Série: 01 de dezembro de 2023
- Emissão Segunda Série: 08 de dezembro de 2023 (Captada durante o exercício de 2024)
- Vencimento Primeira Série: 01 de dezembro de 2025
- Vencimento Segunda Série: 01 de dezembro de 2025

- Juros: 100 % DI+ 2,3% ao ano
- Espécie: Com garantia real
- Garantias:
  - Alienação fiduciária de 100% das ações ordinárias de emissão das SPEs, detidas integralmente pela GY Holding II;
  - Cessão fiduciária de direitos creditórios principais e acessórios, presentes e futuros, decorrentes da relacionados à e/ou emergentes dos Contratos dos Projetos e das Contas Vinculadas.
- Conversibilidade em ações: Não conversíveis
- Amortização dos juros: às Debêntures da Primeira Série será realizado em parcelas semestrais, sempre nos dias 01 junho e dezembro, sendo o primeiro pagamento em 01 de junho de 2024 e referente às Debêntures da Segunda Série será realizado em parcelas consecutivas, sempre no dia 1 dos meses de junho e dezembro, sendo o primeiro pagamento em 1 de junho de 2024.
- Amortização do saldo principal: Ressalvadas as hipóteses de pagamento em decorrência do vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures, Resgate Antecipado Facultativo Total ou Resgate Antecipado Take Out, o saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures da Primeira Série e o saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures da Segunda Série serão amortizados em parcela única, na Data de Vencimento da Primeira Série e na Data de Vencimento da Segunda Série, respectivamente.
- A data de início da rentabilidade da debentures da Primeira Série será a primeira Data de integralização das debentures da Primeira Série. A data de início da rentabilidade das Debentures da Segunda Série será a primeira data de Integralização das Debentures estruturais da Segunda Série.
- Vencimento antecipado: Caso encontra-se inadimplente em relação aos termos iniciais contratados na Escritura de Debenture, inicia-se assim as condições para o vencimento antecipado da dívida, ou seja:
  - Não pagamento pela Emissora das obrigações pecuniárias devidas
  - Falência, extinção, liquidação, recuperação judicial ou extrajudicial de uma das partes
  - Não manutenção das garantias reais
  - Transferência ou cessão à terceiros da parcela ou totalidade das ações de emissão da Emissora detida pela Garantidora sem devida autorização dos Debenturistas ou cumprimento das obrigações da Escritura de Debenture
  - Alteração do controle indireto da Emissora
  - Transformação do tipo societário da Emissora, nos termos dos artigos 220 a 222 da Lei das Sociedades por Ações
  - Redução de capital social da Emissora, exceto (a) se aprovado previamente pelos Debenturistas, nos termos do artigo 174, parágrafo 3º, da Lei das Sociedades por Ações

- Contratação de qualquer novo empréstimo, financiamentos, adiantamentos de recursos, supplier financing, hedge, de novas dívidas, ou qualquer outra forma de operação de crédito ou operação financeira, na qualidade de credora ou devedora, afiançadas, garantidoras e/ou coobrigadas, ou qualquer outra modalidade de obrigação de cunho financeiro
- Distribuição e/ou pagamento pela Emissora, de dividendos, juros sobre capital próprio ou quaisquer outras distribuições de lucros aos acionistas da Emissora não autorizados pela Escritura de Debenture.

As debêntures emitidas não estão sujeitas ao atingimento de covenants financeiros.

Movimentação saldo Debêntures:

Captação de 1 de dezembro de 2023	120.000
Custo de Transação	(1.867)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	<u>118.133</u>
Captação	6.000
Apropriação de Custo	973
Apropriação de Juros	16.962
Custo de transação	(242)
Pagamentos (Juros)	<u>(15.662)</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2024	<u>126.164</u>

## 15. OPERAÇÕES DE ARRENDAMENTO MERCANTIL - Consolidado

### 15.1. Obrigações de arrendamento mercantil

Na celebração de contrato, a Companhia avalia se o contrato é, ou contém, um arrendamento. O contrato é, ou contém, um arrendamento se ele transfere o direito de controlar o uso de ativo identificado por um determinado período em troca de contraprestação.

A Companhia arrenda equipamentos e terras em contratos canceláveis e não canceláveis de arrendamento mercantil. Os prazos dos contratos variam substancialmente entre 10 e 30 anos.

#### A Companhia e suas subsidiárias como arrendatárias

A Companhia avalia seus contratos de arrendamento com o objetivo de identificar relações de aluguel de um direito de uso, usando das isenções previstas para os contratos de prazo inferior a doze meses.

Os contratos são então registrados, quando do início do arrendamento, como Passivo de Arrendamento em contrapartida ao Direito de Uso, ambos pelo valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento, utilizando a taxa de juros implícita do contrato, se esta puder ser utilizada, ou taxa de juros incremental considerando empréstimos obtidos pela Companhia.

O prazo do arrendamento utilizado na mensuração corresponde ao prazo que o arrendatário está razoavelmente certo de exercer a opção de prorrogar o arrendamento ou de não exercer a opção para rescindir o arrendamento.

Subsequentemente, os pagamentos efetuados são segregados entre encargos financeiros e redução do passivo de arrendamento, de modo a se obter uma taxa de juros constante no saldo do passivo. Os encargos financeiros são reconhecidos como despesa financeira do período.

Os ativos de direito de uso dos contratos de arrendamento são amortizados pelo prazo do arrendamento. As capitalizações de melhorias, benfeitorias e reformas efetuadas nos imóveis são amortizadas ao longo de sua vida útil estimada ou do prazo esperado de utilização do ativo, limitado se houver evidências de que o contrato de arrendamento não será prorrogado.

Os aluguéis variáveis são reconhecidos como despesas nos exercícios em que são incorridos.

Os contratos de arrendamento mercantil totalizaram R\$11.866 em 31 de dezembro de 2024, de acordo com o quadro a seguir:

	Consolidado	
	2024	2023
Arrendamento (aluguel) de terrenos	31.857	29.856
(-) Juros a apropriar	(19.991)	(18.282)
	<u>11.866</u>	<u>11.574</u>
Circulante	118	-
Não circulante	<u>11.748</u>	<u>11.574</u>
	<u>11.866</u>	<u>11.574</u>

A taxa de juros incremental da Companhia e suas subsidiárias foi 12,17% a.a. no exercício findo em 31 de dezembro de 2024.

#### 15.2. Movimentação Obrigações de arrendamento mercantil

	Passivo de arrendamento
Saldo reorganização societária	11.554
Amortização do principal (pagamentos)	(248)
Apropriação de juros	268
Em 31 de dezembro de 2023	<u>11.574</u>
Amortização do principal (pagamentos)	(107)
Amortização dos juros (pagamentos)	(1.169)
Apropriação de juros	1.169
Remensuração	399
Em 31 de dezembro de 2024	<u>11.866</u>

#### 15.3. Arrendamento Valor nominal e AVP de Passivos.

	31/12/2024		
	Valor nominal Passivo de arrendamento	(-) Juros a apropriar	Total
Até 1 ano	1.283	(1.165)	118
Entre 1 e 2 anos	1.283	(1.153)	130
Entre 2 e 3 anos	1.283	(1.139)	144
Mais de 3 anos	28.008	(16.534)	11.474
	<u>31.857</u>	<u>(19.991)</u>	<u>11.866</u>

	31/12/2023		
	Valor nominal Passivo de arrendamento	(-) Juros a apropriar	Total
Até 1 ano	1.204	(1.069)	135
Entre 1 e 2 anos	1.204	(1.058)	146
Entre 2 e 3 anos	1.204	(1.046)	158
Mais de 3 anos	26.244	(15.109)	11.135
	<u>29.856</u>	<u>(18.282)</u>	<u>11.574</u>

## 15.4. Índice de Inflação.

Fluxo de Pagamentos Futuros	2025	2026	2027	Após 2028
Fluxo de desembolso sem AVP	1.283	1.283	1.283	28.008
Cenário com inflação	72	55	50	1.059
	5,58%	4,30%	3,90%	3,78%

## 16. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

## 16.1. Capital Social

O capital social subscrito e integralizado, em 31 de dezembro de 2024, é representado por R\$86.415

Em 4 de outubro de 2023, a Companhia constituiu o capital social em 191.242.056 nova ações ordinárias, normativas e sem valor nominal, por um preço de emissão de R\$1,00. O aumento foi subscrito e integralizado em bens mediante a conferência de participação societárias detidas pela GYBR.

Em 13 de dezembro de 2023, a Companhia deliberou pela redução do capital social, a ser efetivado após 60 dias, no montante de R\$ 98.827.363 (noventa e oito milhões e oitocentos e vinte e sete mil, trezentos e sessenta e três reais), passando o capital da Companhia de R\$ 191.242.056 para R\$ 92.414.693, que foi efetivado em 19 de fevereiro de 2024.

Em 03 de abril de 2024 a Companhia deliberou pela redução do capital social, a ser efetivado após 60 dias, no montante de R\$ 6.000.000 (seis milhões) ações, passando o capital da Companhia de R\$ 92.414.693 para R\$ 86.414.693, que foi efetivado em 10 de junho de 2024.

Quotistas	Ano	%	Quotas detidas	Capital subscrito
GYBR	2023	100%	191.242	191.242
	2024	100%	86.415	86.415

## 16.2. Reserva de Capital

Os acervos líquidos das entidades indicadas no quadro apresentado na nota explicativa 1 foram apurados no montante de R\$191.242. Anteriormente a incorporação foram constituídas provisões de receita que somam R\$5.759. Diante da falta de perspectiva de realização destes valores, a Companhia constituiu uma Reserva de Capital para a reversão desse montante, após concretizada a referida incorporação, em contrapartida ao patrimônio líquido, uma vez que a Companhia entende que esta reversão deveria ter ocorrido no momento da incorporação.

A destinação da reserva constituída será efetuada pela Administração durante o exercício de 2025, via redução de capital.

### 16.3. Adiantamento para Futuro Aumento de Capital

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
GYBR	2.735	2.435	2.735	2.435
	<u>2.735</u>	<u>2.435</u>	<u>2.735</u>	<u>2.435</u>

### 16.4. Destinação do Lucro

	2024	2023
Lucro do exercício	1.728	5.904
(-) Reserva legal (5%)	(86)	(295)
Base de cálculo para os dividendos mínimos	1.642	5.609
Dividendo anual mínimo obrigatório (25%)	<u>(411)</u>	<u>(1.402)</u>
Saldo destinado para reserva de retenção de lucro	<u>1.232</u>	<u>4.207</u>

## 17. RECEITA DE SERVIÇOS - Consolidado

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência.

O pronunciamento técnico CPC 47 / IFRS 15 estabelece uma estrutura abrangente para determinar se, quando, e por quanto a receita é reconhecida.

As receitas de O&M, locação de terra e de locação de equipamentos são recebidas mensalmente e estão sendo apresentadas brutas, ou seja, incluem os impostos e os descontos incidentes sobre estas, os quais estão apresentados como contas redutoras das receitas. As receitas de serviços prestados, são reconhecidas quando os serviços são efetuados e é possível que os benefícios econômicos associados sejam recebidos pela Companhia. Para a receita de O&M, o reconhecimento é baseado no estágio de conclusão dos serviços e nos termos contratuais acordados com os clientes. A receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa da sua realização.

#### Companhia e suas subsidiárias como arrendadoras

Os arrendamentos mercantis em que a Companhia não transfere substancialmente a totalidade dos riscos e benefícios da titularidade do ativo são classificados como arrendamentos mercantis operacionais.

Os aluguéis variáveis são reconhecidos como receitas nos exercícios em que são auferidos.

	Consolidado	
	2024	2023
Receita bruta de Serviços O&M	9.226	1.793
Receita de locação de Terra	1.859	461
Receita de locação de Equipamento	30.627	8.170
TOTAL	41.712	10.424
Impostos sobre serviços	(2.292)	(246)
Receita operacional líquida	(2.292)	10.178

## 18. CUSTO DOS SERVIÇOS PRESTADOS - Consolidado

Os custos correspondem as manutenções das usinas fotovoltaicas para garantir o desempenho de nossos sistemas, investimos em manutenção regular, limpeza, reparos e substituição de componentes desgastados ao longo do tempo.

	Consolidado	
	2024	2023
Depreciações e amortizações	8.995	1.856
Eficiência energética e fotovoltaico	111	1.160
Serviços Manutenção	4.363	640
Total	13.469	3.656

## 19. DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS E OUTRAS RECEITAS E DESPESAS OPERACIONAIS, LÍQUIDAS

Despesas gerais e administrativas

As despesas gerais e administrativas correspondem às despesas indiretas e ao custo das unidades corporativas, incluindo compras e suprimentos, tecnologia da informação e atividades financeiras.

Outras receitas e despesas operacionais

As outras receitas e despesas operacionais correspondem aos efeitos de eventos significativos ou não recorrentes ocorridos durante o exercício que não se enquadrem na definição das demais rubricas da demonstração do resultado do exercício.

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Despesas tributárias	-	(1)	(820)	(25)
Equivalência patrimonial	18.532	5.823	-	-
Serviços de terceiros	(179)	-	(591)	-
Licença de Uso de Software	-	(9)	(38)	(23)
Fretes	-	-	(17)	(10)
Taxas diversas	(27)	(37)	14	(37)
Outras	534	(1)	36	21
Total	18.860	5.775	(1.416)	(74)

## 20. RESULTADO FINANCEIRO, LÍQUIDO

As receitas financeiras incluem os rendimentos gerados pelo caixa e equivalentes de caixa.

Registra-se uma receita de juros referente a todos os ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado, adotando-se a taxa de juros efetiva, que corresponde à taxa de desconto dos pagamentos ou recebimentos de caixa futuros ao longo da vida útil prevista do instrumento financeiro - ou período menor, conforme o caso - ao valor contábil líquido do ativo ou passivo financeiro.

As despesas financeiras incluem substancialmente todas as despesas geradas pela dívida líquida e pelo custo da venda de recebíveis durante o exercício, as perdas com alienações de ativos financeiros, e impostos e despesas de juros sobre arrendamento, bem como ajustes referentes a descontos.

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Receitas financeiras				
Rendimento de aplicação	1.520	402	2.576	466
Descontos obtidos	-	-	8	-
Variações monetárias	-	-	88	9
	<u>1.520</u>	<u>402</u>	<u>2.672</u>	<u>475</u>
Despesas Financeiras				
Juros sobre Debêntures	(16.962)	-	(16.962)	-
Juros sobre arrendamento	-	-	(1.169)	-
Apropriação do custo de transação	(973)	-	(973)	-
Juros passivos	-	-	(836)	-
IOF/IOC	(3)	(142)	(15)	(142)
Outras despesas financeiras	(87)	-	(286)	(269)
	<u>(18.025)</u>	<u>(142)</u>	<u>(20.241)</u>	<u>(411)</u>

## 21. COBERTURA DE SEGUROS

A Companhia é cossegurada das apólices de seguro contratadas pela Greenyellow do Brasil Energia e Serviços. O grupo tem por política manter cobertura de seguros no montante adequado aos possíveis riscos da atividade profissional bem como de seus ativos, com base na avaliação dos seus consultores de seguros.

O escopo dos trabalhos de nossos auditores não incluiu a emissão de opinião sobre a suficiência de cobertura de seguros, a qual foi determinada pela Administração da Companhia e que considera suficiente para cobrir eventuais sinistros.

	Limite máximo de cobertura	Prêmio líquido	Vigência
Danos materiais e lucros cessantes	62.711	1.396	03/07/2024 a 03/07/2025
Responsabilidade civil	6.000	63	15/08/2024 a 15/08/2025
Riscos de engenharia	46.000	945	03/07/2024 a 03/07/2026

## 22. TRANSAÇÕES QUE NÃO AFETAM O CAIXA

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024 a Companhia realizou as seguintes operações não envolvendo caixa, portanto, não estão refletidas na respectiva demonstração dos fluxos de caixa:

<u>Consolidado</u>	
Fornecedores (i)	75
Passivo de arrendamento (ii)	399
Efeito não caixa do imobilizado	<u>474</u>

- (i) O montante de 75 refere-se a aquisições de ativo imobilizado efetuadas a prazo e para as quais ainda não ocorreu desembolso de caixa.
- (ii) O montante de R\$ 399 representa é referente às remensurações de contratos de arrendamento reconhecidas em contrapartida ao ativo imobilizado (direito de uso).

## 23. EVENTOS SUBSEQUENTES

Mudança no controle da Companhia

A GreenYellow celebrou em 14 de fevereiro o contrato de venda da Holding II, bem como todas as suas controladas, totalizando 23 usinas fotovoltaicas e 46,2 MWp de capacidade instalada, para a Athon Energia. As usinas estão localizadas nos estados do Paraná, São Paulo, Goiás, Minas Gerais, Mato Grosso, Rio de Janeiro e no Distrito Federal. A transação está alinhada à estratégia da companhia de monetização de ativos, permitindo o reinvestimento em novos projetos no Brasil.

O fechamento da operação foi sujeito à aprovação dos órgãos reguladores competentes, incluindo o Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade), a qual ocorreu em 20 de março de 2025, com efeito em 15 dias a contar da data da aprovação. A operação ainda está em processo de transferência de titularidade, em conformidade com a cláusula contratual que exige a aprovação da troca pelo Bradesco. A estimativa é de que esse processo seja concluído em abril.

Até o momento, não houve valores efetivamente pagos na transação.